



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)
Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)
Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)
André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)
Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)
Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)
Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)
Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)
Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcelo de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquista**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)
Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)
Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)
Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)
Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

AQUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



AS RELAÇÕES BRASIL E URUGUAI NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO EM SAÚDE:

uma breve análise a partir do séc. XX

Carla Gabriela Cavini Bontempo, Universidade Católica de Pelotas, mestranda em Política Social.

Vera Maria Ribeiro Nogueira, Universidade Católica de Pelotas, professora do Mestrado em Política Social.

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar como estão sendo travadas as relações entre Brasil e Uruguai no âmbito da cooperação em saúde na fronteira entre os dois países, especificamente entre suas cidades gêmeas, através da análise de documentos e bibliografia pertinente ao tema. Em um primeiro momento se faz uma breve revisão do conceito de fronteira porque a concepção acerca deste território acaba por influenciar as políticas públicas a serem ali fomentadas, em seguida são tecidas considerações sobre cooperação transfronteiriça, sendo na última parte apresentados dados sobre as recentes movimentações ocorridas entre os dois países. Pode-se observar que há uma nova forma de condução das reivindicações desses municípios, porém ela ainda esbarra na burocracia e falta de harmonização dos dispositivos jurídicos de ambos.

Introdução

As relações entre os dois países se dão desde o século XIX, antigamente muito em função da demarcação e proteção do território, atualmente muito mais no sentido de balizar a cooperação entre ambos para promoção de atividades comerciais e desenvolvimento sob vários aspectos como segurança pública, saneamento, saúde e intercâmbio de tecnologias.

Podemos assinalar que essas aproximações têm se estreitado mais a partir da celebração de vários atos: Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, instituído em 1975; o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), criado em 1979 sob coordenação do Ministério da Integração Nacional (MIN) e que perdura até os dias de hoje, sendo executado dentro dos Planos Plurianuais (PPA) no período de 2004-2007 e 2008-2011 (GOMES, SOUZA, 2009), com o objetivo desse programa é "Promover a convergência das políticas públicas setoriais na faixa de fronteira, para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e



cultural da região” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, s/d); e nos recentes atos de cooperação assinados, que compõem a chamada “Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço”.

O presente artigo pretende lançar um olhar sobre essas novas configurações na relação entre os dois países, marcada pela intensa relação entre suas fronteiras (cidades gêmeas e as localizadas na linha de fronteira), identificando os espaços de discussão que se ocupam do processo de integração, especialmente no que toca a cooperação em saúde entre os mesmos.

1. Concepções sobre território e fronteira

Para que se possa ter um entendimento sobre o local que será pesquisado, algumas informações e mesmo a apreensão de alguns conceitos se faz necessário, pois entendo que o espaço em que se desenvolvem as políticas de saúde é o que o diferencia na implantação de políticas públicas específicas, que não estão previstas em outras partes do país.

Segundo SILVA, F.C. (2009), é necessário que se faça uma abordagem conceitual sobre território por se tratar de uma categoria “[...] apropriada inadequadamente, porque são ignorados conhecimentos já produzidos na Geografia [...]” (p. 34). Através de uma compilação sobre o tema, traz o panorama geral sobre como as categorias espaço e território foram trabalhadas ao longo do tempo, passando a geografia de uma ciência física para uma ciência também social, pelas perspectivas da geografia tradicional (em que espaço é a expressão das necessidades de uma sociedade face suas necessidades e condições naturais e território é um espaço apropriado por um determinado grupo), teórico-quantitativa (seu conceito principal é o espaço relativo, contemplando as relações entre objetos e os custos dessas relações), humanista/cultural (baseada na subjetividade, enfatizando a compreensão do espaço através das relações culturais, identidades, representações) e crítica (que problematiza a geografia tradicional, tendo o Estado papel central na organização social do espaço e território, com vistas à dominação).

CASTRO (2005) defende uma geografia política, posto que a política sempre esteve em evidência na geografia, partindo do entendimento que política é o modo de organizar conflitos e interesses, que o território é considerado a “[...] materialidade e arena dos interesses e das disputas dos atores sociais” (p. 53), e:



[...] analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder. Numa linguagem geográfica, estes espaços podem ser identificados como fronteiras, centro, periferia, guetos, unidades políticas, etc. (CASTRO, 2005, p. 53).

O termo fronteira se apresenta na bibliografia consultada de formas muito diferentes, e pode ser estudado sob diversas óticas. STEIMAN (2002) traça um interessante panorama sobre as concepções e classificações de fronteiras internacionais, iniciando pela Era Primitiva, passando pelas fronteiras naturais, depois sua determinação política e defesa do território, mais adiante na história abordando seu caráter econômico através de sua nova reconfiguração pelos blocos regionais, passando atualmente por um discurso de negação, ou sublimação das fronteiras, embora aponte que:

[...] mesmo quando esta parece completamente desfuncionalizada, aparentemente sem efeitos sobre o cotidiano vivido, a fronteira continua a sublinhar tanto diferenças legais como o principio da identidade territorial e a separação entre “nacionais” e “não-nacionais” através de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos (STEIMAN, 2002, p.11).

Para MACHADO (2010), limites são importantes para organização das realidades geradas pelo “[...] próprio limite ao promover a organização e regulação daquilo que delimita, ou seja, o território e o seu conteúdo” (p. 61), e por conta de seu papel simbólico como separação e diferença, o “nós” e “os outros”, é impossível que seu entendimento seja limitado a aparatos institucionais (aduanas, por exemplo). Já o conceito de fronteira internacional se refere:

[...] a uma área indefinida, uma zona percorrida pelo limite internacional e que se aproxima da noção geográfica de região. No entanto, na realidade o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela



territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial (MACHADO, 2010, p. 62-63).

COURLET (1996, p. 11) defende a concepção de fronteira como um limite, um delineamento do que é interior e o que é exterior, e reputa à ela um papel importante no processo de globalização, pois ali se verifica um movimento “[...] de recomposição dos espaços em suas múltiplas dimensões, espaços estes que participam da emergência de novas modalidades de ação política [...]”. Ainda que uma fronteira seja suprimida, outras surgirão, trazendo em seu bojo novos problemas ou potencializando os já existentes, por isso defende que uma cooperação transfronteiriça seja reforçada, em busca de novas formas organização, pois “[...] transferem certos problemas de uma administração puramente estatal e central para a responsabilidade de atores locais, aliás mais operacionais” (p.19).

RAFFESTIN (2005, p.12) também alerta para uma tendência contemporânea de que as fronteiras serão eliminadas, cujo autor conclui que esta posição é uma falácia, pois essas regiões “acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações”, e seus limites não estão expressos nos mapas, mas em uma organização imaterial, que:

[...] pode se expressar por meio do remanejamento dos sistemas institucionais, dos códigos e dos ritos, dos projetos políticos, econômicos e culturais, mas se a rigidez impede estes remanejamentos é evidente que serão então as fragmentações territoriais que tomarão o seu lugar (RAFFESTIN, 2005, p. 14).

É a definição expressa por Raffestin sobre fronteira que norteará o presente projeto, pois ela congrega aspectos tangíveis e intangíveis desse cenário, privilegiando uma análise a partir da interação entre os atores sociais e sua interação, que produzem o território “[...] partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um 'processo' do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder,



que se traduzem por malhas, redes e centralidades" (RAFFESTIN *apud* RÜCKERT; MISOCZKY, p. 1).

Em termos operacionais, o Ministério da Integração Nacional brasileiro (MIN), congregou os municípios fronteiriços em três grandes blocos, Arco Norte, Arco Central e Arco Sul. Nos detemos no último bloco que abarca os municípios a serem estudados, e que ainda é subdividido em três regiões: Portal do Paraná, Vales Coloniais Sulinos e Campanha Gaúcha

[...] outrora dominada apenas pelas grandes “estâncias” de pecuária extensiva em áreas de colonização lusa, e que hoje inclui atividades como a rizicultura e a viticultura, introduzidas por descendentes de imigrantes europeus provenientes da Serra Gaúcha (BRASIL, MIN, 2010a, p. 19).

Ainda segundo o MIN, os municípios fronteiriços podem ser assim classificados de acordo com sua posição geográfica em relação à linha de fronteira:

[...] em dois grandes grupos, os lindeiros e os não-lindeiros. O grupo dos municípios lindeiros pode ser subdividido em três subgrupos: 1) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas); 2) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e 3) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da faixa de fronteira (BRASIL, MIN, 2010a, p. 17).

Cabe aqui então fazer menção à condição de cidades-gêmeas que são caracterizadas por:

[...] adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-



estrutura – apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, MIN, 2010a, p. 21).

As cidades-gêmeas, por terem uma interação muito grande entre si, são marcadas pelas “[...] relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas [...] onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 378).

Segundo MACHADO (2010, p. 68), a escolha por estudar as cidades-gêmeas possibilita fazer desse território “[...] o ‘centro’, com seus próprios auto-referentes em vez de margem do estado nacional”, e alguns motivos apontados para isso são três suas características: 1 - geopolítica (em que conflitos locais podem ser sublimados a partir de algum nível de interação e cooperação e ajuda mútua, embora muitas vezes essas soluções não tenham respaldo nas normas e leis estabelecidas); 2 - ilegalidade, em que para o território fronteiro são deslocados os discursos sobre atuação de redes ilegais, reputando a ele o combate à essas redes, como se elas não fossem encontradas em outros locais do país ou esferas da sociedade; 3 - a última característica é o cosmopolitismo, pois embora as cidades-gêmeas sejam minimamente binacionais, elas ainda acolhem pessoas de outros lugares, “[...] que são em parte atraídas pela possibilidade de ser mais um ‘estrangeiro’ em meio a outros[...]” (p. 69), e por contar com uma diversidade maior de gastronomia, arquitetura, cultura que só ambientes cosmopolitas podem oferecer.

2. Integração transfronteiriça

A fronteira do Brasil com o Uruguai segundo CLEMENTE (2010), é praticamente toda povoada e de fácil circulação, sendo possível encontrar dados da interação entre os dois países desde a rivalidade entre Espanha e Portugal durante o período colonial, através dos conflitos ali instaurados pela disputa do território e interações comerciais. Em seu texto ela faz uma revisão do processo história da política fronteira, identificando que na regionalização da política estão presentes a ausência do Estado e a formação de redes interpessoais de dirigentes políticos e líderes.

No que tange a cooperação em nível local, STEIMAN (2002, p.12) aponta que as regiões de fronteira estão duplamente marginalizadas pelo fato de estarem situadas em regiões muitas vezes isoladas do Estado, e também dos Estados vizinhos por fatores políticos. Ou seja, “[...] sem instituições para instrumentá-la, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços”.

Essa “informalidade” pode ser um reflexo da definição de cooperação transfronteiriça, que é encampada geralmente por autoridades públicas, que atuam nos diferentes países, mas não são sujeitos de direito internacional, portanto, que não têm um poder de homologação de decisões para problemas que ocorrem em uma ampla gama de campos da vida cotidiana administrativa. Logo, os acordos feitos por essas autoridades têm um caráter “quase jurídico”, segundo PERKMANN (2003)¹.

Quanto aos tipos de interação que podem ser identificados, OLIVEIRA (2005) defende que as relações fronteiriças podem ser caracterizadas pelas relações formais e/ou funcionais, e a partir dessa divisão traça em quatro tipologias de relações, a saber:

Tipologia	Fronteiras mortas	Território perigoso	Fronteiras vivas	Fronteiras burocráticas
Relação	Baixa integração <i>Formal</i> com baixa integração <i>funcional</i>	Baixa integração <i>formal</i> com alta integração <i>funcional</i>	Alta integração <i>formal</i> com alta integração <i>funcional</i>	Alta integração <i>formal</i> com baixa integração <i>funcional</i>
Características	Não mantém nenhum tipo de relação com o outro país, sendo essa falta de interação podendo ser ocasionada pela falta de infra-	Há um intercâmbio de pessoas, produtos e serviços que não sofre nenhum tipo de regulamentação, proporcionando todo tipo de ilegalidades.	Estrutura social complexa, [...] em que os abusos da funcionalidade são, no geral, corrigidos pela imposição de ações de	É o território em que se destacam as ações do Estado e/ou empresas no intuito de incrementar as atividades econômicas. Ou seja, as

¹ Tradução livre.

	estrutura que possa promover a integração.		integração <i>formais</i> ; por outro lado, a integração <i>funcional</i> oferece vantagens suficientes para construir uma relação de convivência [...]	pessoas interagem somente dentro das relações comerciais estabelecidas.
--	--	--	---	---

Quadro 1 – Tipologia de relações fronteiriças

Fonte: OLIVEIRA (2005, p. 386-389), adaptado pela autora.

Outros fatores que podem ser determinantes na cooperação entre países são, de acordo com LERESCHE, GUZ (1997) a estrutura de relações centro-periferia em cada um dos sistemas políticos em cooperação, que acaba por refletir o poder discricionário maior ou menor dos atores locais e dos atores centrais, ao mesmo tempo que traz à tona as diferenças de elementos institucionais, e o nível da integração (ou desintegração) regional².

Quanto a cooperação transfronteiriça em saúde, GLINOS (2011) afirma ser ainda um conceito abrangente na medida em que trata de transferências, mudanças e trocas entre serviços, recursos e pessoas em países distintos. Pode ser abordada em termos de troca de serviços entre os países, mobilidade de pacientes em busca de tratamentos mais qualificados, proximidade territorial de recursos mais adequados, profissionais que demandam melhores condições de trabalho, trocas em termos de *expertises*, diagnósticos por imagem, testes e missões de estudo e docência.

3. A relação entre os dois países

Para que se possa compreender melhor como se deram esses movimentos de integração contemporâneos que visam articular os municípios da região fronteiriça, inicio com a explanação sobre a Declaração de Jaguarão em 1990, que inaugurou Comitês de Fronteira nas cidades gêmeas de Santana do Livramento/Rivera, Chuí/Chuy e

² Tradução livre.

Jaguarão/Rio Branco³, com os “[...] objetivos [de] impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico da região, promover a coordenação dos órgãos encarregados dos temas relevantes da área e facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e veículos”, que se reuniriam com a frequência necessária (BRASIL, 1990). A seguir a lista de Comitês e respectivas datas de criação:

Tabela 1 – Comitês de fronteira Brasil - Uruguai

Comitê	Data de criação
Santana do Livramento - Rivera	19/02/1990
Chuí - Chuy	19/02/1990
Jaguarão - Rio Branco	19/02/1990
Quaraí - Artigas	11/03/1991
Barra do Quaraí - Bella Union ⁴	06/12/1995
Aceguá - Aceguá ⁵	06/12/1995

Fonte: Elaborado através de dados obtidos em BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (1990).

Entretanto, talvez por não haver se estabelecido na criação desses Comitês um cronograma de reuniões para proposição de ações a serem realizadas em conjunto, os mesmos – ao que tudo parece, de acordo com a primeira fase exploratória sobre sua atuação - esses espaços não se efetivaram como um *locus* privilegiado para promoção de discussões acerca de temas inerentes às fronteiras, embora quando da sua implantação fosse grande o afã e expectativa em torno de sua atuação. AVEIRO (2006, p. 105) constata que em geral esses comitês foram perdendo forças e suas reuniões foram se tornando mais esparsas, ou de fato tiveram atuação reduzida e pouco eficaz:

As reuniões dos Comitês foram, paulatinamente, sendo espaçadas.
A empolgação inicial foi substituída por um sentimento de grande

³ Para uma abordagem mais detalhada dessa legislação ver AVEIRO, Thais Mere Marques. **Relações Brasil-Uruguai: A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço.**

⁴ Aqui se trata de uma tríplice fronteira, incluindo o município de Monte Caseros, na Argentina.

⁵ Cabe fazer uma ressalva que este Comitê foi instituído entre a Intendência de Aceguá (Uruguai) e o Distrito de Aceguá (Brasil), que foi desmembrado de Bagé em 16 de abril de 1996, tendo sua estrutura administrativa política iniciado em 1º de janeiro de 2001 (IBGE).



frustração. Embora as idéias dos comitês fossem boas, o organismo não era a instância capaz para executá-las. As recomendações eram enviadas aos Consulados, que tampouco eram as entidades competentes para implementá-las. A burocracia envolvida em todo o processo inviabilizava o atendimento dos pedidos, o que desestimulava a continuação dos trabalhos locais. Além disso, a grande distância entre a esfera central e as localidades lindeiras dificultava ainda mais o desempenho positivo dos órgãos centrais e sua atuação efetiva.

Em abril de 2002, ainda sob o governo de Fernando Henrique Cardoso no Brasil e Jorge Battle no Uruguai, é estabelecida uma “Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço”, em que as demandas fronteiriças são tratadas sob uma nova ótica, pautadas pelo desenvolvimento sustentável da região, com o objetivo de:

[...] complementar e superar os impasses da cooperação tradicional na área de fronteira, na busca de uma integração que facilite a vida das pessoas. Os entraves burocráticos frustravam a legalização de fatos sociais característicos dessa região, em que existe um “modo de ser fronteiriço”.

A Nova Agenda visa exatamente para coordenar a ação das diversas autoridades. Os Comitês de Fronteira, apesar do grande empenho e de serem o elo entre as autoridades e as populações fronteiriças, não têm poder de desenvolver projetos. Os Comitês ganharam alento com a Nova Agenda, cumprindo esse papel de canal de comunicação entre as comunidades locais e as esferas de poder. Eles fazem chegar às autoridades as demandas da população para que soluções sejam apresentadas no sentido de facilitar o cotidiano desses cidadãos. (AVEIRO, 2006, p. 115).

Esta “Nova Agenda” é estruturada através de quatro grupos de trabalho (GT): educação e formação profissional, saúde, saneamento e meio ambiente e cooperação policial e judicial, que realizam discussões e levam suas propostas para as Reuniões de



Alto Nível, em que “[...] aprovam-se as propostas dos grupos de trabalho a serem remetidas às respectivas Chancelarias [e] têm a função precípua de informar e assessorar sobre o andamento das negociações bilaterais” (AVEIRO, 2006, p.116).

De acordo com AVEIRO (2006, 2006), os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Tabaré Vazquez (2005-2010) conduziram seus governos de forma a aprofundar as relações rumo a integração regional, no que a autora qualifica como uma reorientação da política externa brasileira. No ano de 2004, foi criado o Comitê Binacional de Intendentes e Prefeitos, que tem se reunido em algumas cidades da fronteira, congregando os municípios fronteiriços e planejando ações conjuntas, como o projeto piloto de saneamento básico binacional Aceguá / Aceguá (ACEGUÁ, 2011, p. 3). Essas reuniões têm ocorrido de forma a consolidar a “Nova agenda”, e na esteira dessas articulações, os Comitês de Fronteira retomariam suas funções com o intuito de promover a discussão sobre novas áreas para integração. Destas reuniões resultaram proposições de acordos que mais tarde seriam promulgados pelo governo brasileiro, como o de permissão de residência, estudo e trabalho, livre trânsito de pessoas, possibilitando que “[...] los antiguos ‘indocumentados’ ahora pueden vivir, estudiar, trabajar y tener acceso a la seguridad social en la zona de frontera de ambos países” embora este movimento ainda esteja longe de se concretizar como um bloco subregional (CLEMENTE, 2010, p.180).

Outro espaço institucional para discussão e aporte de recursos para regiões de fronteiras é o Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou um grupo de alto nível para gerir o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), que embora seja um Fundo tem criado em 2004 pelo Conselho do MERCOSUL, que apesar de se tratar de um fundo com o intuito de:

[...] financiar programas para promover la convergencia estructural, desarrollar la competitividad y promover la cohesión social, en particular de las economias menores y regiones menos desarrolladas; apoyar el funcionamiento de la estructura institucional y el fortalecimiento del proceso de integración (MERCOSUR, 2004).

O valor estipulado a ser integralizado neste fundo é de US\$ 100 milhões/anuais, constituído por recursos dos Estados-parte, de acordo com o PIB de cada país, cabendo para cada um a seguinte proporção:

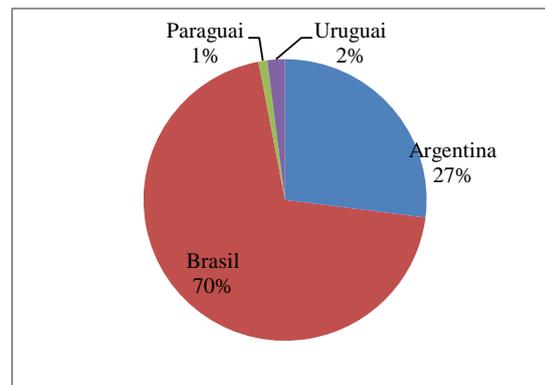


Figura 1 – Participação dos países no FOCEM

Fonte: MERCOSUR (2005), adaptado pela autora.

Dentre os programas de apoio aos seus membros, há o Programa III, destinado a “[...] contribuir al desarrollo social, em particular, en las zonas de frontera, y podrán incluir proyectos de interés comunitario en áreas de la salud humana, la reducción de la pobreza y el desempleo” (MERCOSUR, 2005). A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) é a proponente de uma Rede Binacional de Saúde, que será viabilizada através da implantação de Unidades Fronteiriças de Saúde (UFS) nas cidades gêmeas do Brasil e Uruguai, projeto custeado através de recursos do FOCEM, na ordem de US\$ 12.750.000,00 (BRASIL, Ministério do Planejamento, s/d).

Para organizar as demandas e propostas de políticas para a região fronteiriça no âmbito do governo federal brasileiro, em 2008 foi constituído pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) um Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI), composto por representantes de alguns ministérios e municípios. Recentemente o GTI solicitou a criação por meio de decreto (BRASIL, 2010b), de uma Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), com a finalidade de “[...] propor medidas e coordenar ações que visem ao desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação do Governo Federal naquela região [...]” (BRASIL, MIN, 2010b). Esta comissão é composta por todos os ministérios do Governo Federal, estando prevista a participação dos representantes de municípios como membros convidados, e instalação de núcleos



estaduais que sistematizarão e encaminharão as demandas locais, sendo compostos por atores envolvidos na região (Universidades, SEBRAE, governo estadual e federal, representantes das cidades-gêmeas, sociedade civil) (CDIF, 2011). No Rio Grande do Sul, o núcleo estadual foi instalado no dia 20 de outubro de 2011, e criado através de decreto do governador Tarso Genro em julho do mesmo ano, tendo sua coordenação realizada pela “Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do gabinete do governador; pelo Vice-Governador; Casa Civil; Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; e Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas”, conforme informa o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL, 2011).

Por parte do governo uruguaio, segundo CLEMENTE (2010), após a posse do novo presidente, Jose Mujica, foi intensificado o diálogo bilateral entre os países, através da realização de vários encontros binacionais, que embora tenham focado muito suas discussões sobre melhorias e/ou aporte de novas estruturas para conexão ferroviária, rodoviária e hidroviária e cooperação científica, também previram investimentos em saneamento básico nas cidades-gêmeas de Aceguá/Aceguá e a implantação de um sistema de pagamentos em moeda local entre os dois países, no intuito de facilitar transações e reduzir custos operacionais, concluindo que:

Todo el proceso que condujo a la aprobación de los planes binacionales es consistente con la política de estrecho acercamiento con Brasil cumplida desde los inicios del gobierno de José Mujica y caracterizada por un diálogo fluido entre los dos gobiernos y estrecha cooperación política cimentada en la coincidencia en torno a problemas que afectan a América Latina en temas tales como defensa de la democracia, vigencia de los derechos humanos, respeto por el derecho internacional y solución pacífica de las controversias (CLEMENTE, 2010, p.181-182).

Também outros espaços têm sido criados ao longo desta última década, como as Comissões Binacionais de Saúde de Santana do Livramento e Jaguarão, fomentadas pelas discussões do GT Saúde da “Nova Agenda”, que já efetuaram, respectivamente, atividades para monitorar áreas suscetíveis ao aparecimento de casos de dengue (CORREIO DO POVO, 2011), ou criação de um convênio entre Jaguarão e Rio Branco



para concretizar o Comitê Binacional, para “[...] coordenar a Vigilância Sanitária e Epidemiológica na fronteira, trabalhar conjuntamente na prevenção da Dengue, HIV-SIDA e drogas e realizar trabalhos conjuntos de promoção na saúde” (JAGUARÃO ONLINE, 2008), respectivamente.

A partir do panorama exposto, se pode inferir que a discussão sobre ações governamentais na fronteira estão na ordem do dia. Sobre cooperação em saúde, que é o tema deste projeto, houve a iniciativa do Ministério da Saúde (MS), que instituiu em 2005 o Programa Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras – SIS Fronteiras, concebido para:

[...] promover a integração de ações e serviços de saúde na região de fronteira e contribuir para a organização e o fortalecimento dos sistemas locais de saúde nos municípios fronteiriços. Como visão de futuro, o Projeto pretende estimular o planejamento e a implantação de ações e acordos bilaterais ou multilaterais entre os países que compartilham fronteiras entre si, por intermédio um diagnóstico homogêneo da situação de saúde para além dos limites da fronteira geopolítica brasileira. Dessa forma, o Projeto é uma importante estratégia para uma futura integração entre os países da América do Sul (BRASIL, Ministério da Saúde, s/d).

Como exposto anteriormente, a UFPEL tem buscado implantar uma Rede Binacional de Saúde, através da capacitação de profissionais de ambas nacionalidades que atuarão nas UFS, disponibilizando assistência médica, internação domiciliar aos que dela necessitarem e difusão de novas tecnologias. Segundo CURCIO e SILVA (2011, p. 175), os objetivos dessa Rede são:

1 - organizar a rede de saúde do SUS, articulando serviços de atenção básica, de média e alta complexidade nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguai, tendo como referência o Hospital-Escola da Universidade Federal de Pelotas; 2 - garantir a capacitação e o desenvolvimento das equipes de saúde que desenvolverão atividades nas unidades em uma Rede Binacional.



O Ministério da Saúde brasileiro prevê a regionalização da organização da saúde em municípios fronteiriços, através do Pacto pela Saúde, que sugere a criação de Regiões de Saúde Fronteiriças, em que gestores no âmbito municipal, estadual e federal possam montar estratégias de atuação que contemplem as necessidades da população que vive nesse território. O Pacto pela Saúde trata da implantação de um conjunto de reformas que objetivam melhorar a gestão de recursos e fortalecer o controle social em estados e municípios que a ele aderirem, elegendo prioridades no atendimento à saúde, e definição de compromissos quanto ao financiamento em saúde, descentralizando a gestão, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS, 2006).

Outro dispositivo que se ocupa da diferenciação das políticas em saúde em região de fronteira é o Decreto 7508/2011, que regulamenta a lei nº 8080/1990 e trata da organização dos serviços de saúde, que prevê em seu Artigo 4º, parágrafo 2º, que “A instituição de Regiões de Saúde situadas em áreas de fronteira com outros países deverá respeitar as normas que regem as relações internacionais” (BRASIL, Presidência da República, 2011, p.1).

Durante visita recente da presidenta Dilma Rousseff ao Uruguai, foram assinados vários atos, dentre eles na área da saúde pode-se sublinhar o Memorando de entendimento entre ambos países para cooperação técnica conduzido pelo governo brasileiro na área de medicamentos, saúde rural, materno infantil, participação social, etc; o Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica técnica para fortalecer a vigilância sanitária através de capacitação institucional do Ministério da Saúde Pública uruguaio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do breve panorama assinalado e reporte a trabalhos científicos de relevância no que tange a abordagem sobre as iniciativas de cooperação em saúde entre os dois países e acesso ao mesmo na fronteira, e ainda que se reconheça a necessidade de se aprofundar os estudos sobre programas, acordos, normativas e outros dispositivos relacionados à proteção social em saúde na linha de fronteira, identificando as práticas que decorrem da implementação de tais dispositivos ou ações inovadoras relacionadas à cooperação transfronteiriça, é possível afirmar que as relações atualmente travadas têm se dado muito mais no sentido do Brasil alcançar ao Uruguai modelos de



desenvolvimento, do que realmente uma cooperação em que ambos possam se apropriar do que há de mais avançado em cada país.

Corroborando com a afirmação o fato de, como citado anteriormente, terem sido assinados diversos ajustes complementares a acordos já firmados entre os dois países, embora a partir da análise dos mesmos fique evidente que o Brasil tem se colocado muito mais à disposição do Uruguai para otimizar “o lado de lá”.

Referências

Aceguá (2009). Prefeitos e Intendentes discutem necessidades dos Municípios de Fronteira. Disponível em:

<<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=100143468&ildNoticia=128803>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

Aveiro, Thais Mere Marques (2006). Relações Brasil-Uruguai: A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília.

BRASIL (1990). Declaração do Jaguarão. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b-urug_210.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011.

_____. Territórios da Cidadania. Disponível em:

<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma>>.

Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/objetivos.asp?area=sp_r_frenteira>. Acesso em: 12 nov. 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional (2008). Resolução CAF nº 8, de 19 de novembro de 2008. Brasília. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/pdf/programasregionais/resolucao_CAF.pdf>. Acesso em:



15 ago. 2011.

_____ (a). Ministério da Integração Nacional (2010). Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixadefronteira.asp>
Acesso em: 02 ago. 2011.

_____ (b). Ministério da Integração Nacional (2010). Exposição de motivos Interministerial /MRE/MI/SRI-PR. Brasília, 22 de julho de 2010. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/pdf/programasregionais/Exposicao_motivos.pdf Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. Ministério do Planejamento (2011). Lista projetos. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/programas_projeto/focem/110302_entrada_projeto_focem.pdf. Acesso em 12 nov. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Atos em vigor assinados com a República Oriental do Uruguai. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/biuru.htm>. Acesso em: 05 jul. 2011.

_____. Ministério da Saúde. SIS Fronteiras – Integração de ações em saúde nas fronteiras. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=26139. Acesso em: 30 nov. 2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil (2007). Decreto de 8 de setembro de 2010. Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – CDIF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12853.htm. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil (2011). Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à



saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/decreto_7508_2010_sus.pdf>. Acesso em:
20 ago. 2011

Castro, Iná Elias de (2005). Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 304p.

CDIFF. COMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA. Apresentação. Disponível em:
<[www.seplan.am.gov.br/.../CDIF e Estrategia de Instalacao do Nucleo ...](http://www.seplan.am.gov.br/.../CDIF_e_Estrategia_de_Instalacao_do_Nucleo_...)>. Acesso em: 15 ago. 2011.

Clemente, Isabel. A região de fronteira Uruguai-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. Revista Uruguaya Ciência Política, Montevideo, v. 19, n. 1, Jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-97892010000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2011.

CODESUL. CODESUL participa da Instalação do Núcleo de Integração da Faixa da Fronteira. Disponível em: <<http://www.codesul.com.br/?action=noticias&id=138>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

Conass (2006). Nota técnica 13. Para entender o pacto pela saúde. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/admin/arquivos/NT%2013-06.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

Correio do Povo (2011). Comitê binacional planeja ações contra a dengue. Ano 116, nº 208, Porto Alegre, 26 de abril de 2011. Disponível em:
<<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=208&Caderno=9&Noticia=285838>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

Curcio, Daniela da Rosa; Silva, Mauricio Pinto da. Saúde sem fronteiras rede binacional de saúde na fronteira Brasil-Uruguai. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MERCOSUL, 1, 2011, Pelotas. Anais... Pelotas: UFPEL, 2011. p. 172-175.



Gomes, M. R.; Souza, A. O (s/d). A faixa de fronteira: estudo da sub-região de Dourados. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/20.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

Glinos, Irene A (2011). Cross-border collaboration. In: Wisnar, M. et all. Cross-border health care in the European Union. World Health Organization/European Observatory on Health System and Policy.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acervo biblioteca virtual. Aceguá. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedodosul/acegua.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

_____. Censo 2010. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43> . Acesso em: 02 dez. 2010.

Instituto Nacional de Estadística. Censo 2004. Disponível em:

<http://www.ine.gub.uy/fase1new/artigas/artigas_pres.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2011.

Jaguarão Online (2009). Comitê Binacional de Saúde assina convênio (Jaguarão).

Disponível:

<http://www.jaguarao.net/jaguarao/index.php?option=com_content&view=article&id=392:comite-binacional-de-saude-assina-convenio&catid=25>. Acesso em: 03 jun. 2011

Leresche, Jean-Philippe; Saez, Guy (1997). Identités territoriales et régimes politiques de la frontière. *In*: Pôle Sud, n° 7. p. 27-47.

Machado, Lia Osório (2010). Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. *In*: NÚÑES, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org).

Dilemas e Diálogos Platinos: fronteiras. Dourados: Ed. UFDG, p. 59-72. Disponível em:

<<http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel->



nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.>. Acesso em: 03 jun. 2011.

MERCOSUR. MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 45/04 (2004). Fondo para la convergencia estructural del MERCOSUR. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/focem/archivo.php?a=e1eeeff2ede1f4e9f6e1a0ede1f2faefa0b2b0b1b1afb2b0b0b4afe4e5e3dfb0b4b5adb2b0b0b4dfe5f3dfe6efeee4efe3efeef6e5f2e7e5ee3e9e1e5f3f4f2f5e3f4f5f2e1eaeaf0e4e6e1080&x=29290c7&y=9191030>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

Perkmann, Markus (2003). Cross-border regions in Europe: significance and drivers of regional cross-border co-operation. *In: European Urban and Regional Studies* 10(2): 153–171, Londres.

Raffestin, Claude (2005). A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. *In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 9-15. Disponível em: <<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2011/07/2005-Territorio-sem-limites-TCMO.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

Rückert, Aldomar; Misoczky, Maria Ceci (2002). Território vivido, território em mutação. *In: Estratégias de organização da atenção à saúde*. PDG-UFRGS- Editora DACASA. Capítulo VII. Disponível em: <<http://www.visbrasil.org.br/biblioteca/TERRITORIOVIVIDOTERRITORIOEMMUTACAO.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2011. p. 1-6.

Silva, Fabiane da Costa e (2009). Tramas territoriais na campanha gaúcha: processo de transformações na área de Aceguá. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.